

Processo n.º 668/2026

Pregão n.º 90023/2026

ID CidadES n.º 2026.500D1400001.01.0018

EDITAL N.º 90023/2026
(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME E EPP)

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, sediada na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, por intermédio deste Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria DPES n.º 145, publicada em 1º de fevereiro de 2024, torna pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 5354-R-2023 e demais normas aplicáveis, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** conforme as regras descritas neste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 14/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10h30min

SÍTIOS ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

UASG: 926622

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP: SIM

MODULO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

PERMITE CONSÓRCIO: NÃO

PERMITE SUBCONTRATAÇÃO: SIM

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para o **registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem,**

visando atender às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), de acordo com os termos e especificações estabelecidas no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, Anexos I e II deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras Governamental e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.3. As especificações e o valor unitário e total estimado para a contratação encontram-se descritos no modelo de proposta, que constitui o Anexo III deste Edital.

OBS: Os valores apresentados do Estudo Técnico Preliminar são estimativos iniciais à contratação não devendo ser confundidos com os valores máximos permitidos para esse certame, sendo o mesmo disposto no ANEXO III.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Até às 23h59min (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, **poderá impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

2.3. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. Não colhida a impugnação contra este edital, a Decisão do Pregoeiro será encaminhada a Autoridade Competente para manutenção ou não da decisão.

2.6. Os **pedidos de esclarecimentos** deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 18h (horário de Brasília) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@defensoria.es.def.br.

2.7. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

2.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para os interessados.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer

transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Defensoria Pública responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta em qualquer esfera de Governo, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Defensoria Pública, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

3.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

3.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

3.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

3.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Defensoria Pública, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

3.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

3.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

3.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

3.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço total de cada item, observados o quantitativo e a unidade fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

4.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2. Não será aceita proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

4.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta.

4.5. A omissão de quaisquer informações que trata o item anterior, implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.7. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.7.1. de condições de participação:

- a) sobre ciência do edital;
- b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.7.2. para fins de habilitação:

- a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;
- b) sobre inexistência de impedimento à habilitação;
- c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, se aplicável;
- d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.7.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

- a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;
- b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras

normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, se aplicável.

4.8. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, ou queira participar da licitação, deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.9. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.11. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.12. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “ABERTO-FECHADO”**.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

6.3.2.1. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.4. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de R\$ 0,10 (dez centavos)**.

7.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.5. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.5.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

7.5.2. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

7.5.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.8. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.9. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.]

8.1.2. **A presente seção somente será aplicada em relação aos itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's).**

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal e do §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Será considerada vencedora a proposta de **menor valor por item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.1.1. Não serão aceitas propostas cujo valor unitário de cada item seja superior ao valor estimado para a contratação, apurado na pesquisa de preços.

9.1.2. No caso de a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar conter itens com valores superiores aos estimados, o pregoeiro poderá negociar a redução destes até o valor aceitável.

9.2. O objeto deste pregão será adjudicado por item ao licitante cuja proposta seja considerada

vencedora.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo III do Edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:

- a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;
- b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- c) Quando exigido, a indicação da marca, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor;
- d) Quando exigido, a indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

11.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.3. O prazo para envio da proposta será de 3 (três) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado ou diminuído, motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.3.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

11.4.1. A apresentação dos materiais e documentos a que se refere o subitem 11.4 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pela Defensoria Pública.

11.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida

pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.6. A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.7. A Defensoria Pública poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.

11.7.1. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

11.8. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo aceitável constante no Anexo III.

11.9. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.10. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n.º 14.133/2021.

12. DA AMOSTRA

12.1. Não será exigida amostra para esse certame.

13. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

13.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

13.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

13.3. Caso os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista não estejam atualizados no SICAF, para fins de habilitação a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

13.3.1. Quanto à **habilitação jurídica**:

- 1) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação ou alterações em vigor;
- 3) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de documentos de eleição da diretoria em exercício;
- 5) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual.

13.3.2. Quanto à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

14. DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá fornecer **Atestado de Capacidade Técnica**, conforme previsto no subitem 11.4 do Termo de Referência.

14.2. Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida:

15.1.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

15.1.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

15.1.1.2. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de

Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

16. DOS OUTROS DOCUMENTOS

16.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.7 deste edital.

16.2. Os documentos exigidos nesta seção que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

16.3. O prazo para envio dos documentos de que trata essa seção e de no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

16.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

16.5. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

16.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

16.7. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

16.8. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, no endereço constante do rodapé) ao cuidados do Pregoeiro, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

16.9. Encerrado o prazo para envio da documentação complementar, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

16.10. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada conforme as regras previstas nesta seção, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

16.11. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

16.12. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail licitacao@defensoria.es.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

16.13. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

16.14. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

16.15. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

16.15.1. Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.15.2. Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

16.16. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

16.17. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.18. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

16.19. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.20. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

16.21. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

17. DAS OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS

17.1. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as

seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

17.3. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

17.4. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à Autoridade Superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

18. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

18.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

19. DO RECURSO

19.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 30 (trinta) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

19.2. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

19.3. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 18.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

19.4. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais.

19.5. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

19.6. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

19.7. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Defensor Público-Geral para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

19.8. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado exclusivamente pelo Defensor Público-Geral.

20.2. O objeto deste Pregão será adjudicado à vencedora do certame por item.

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Defensoria Pública convocará a licitante vencedora para assinar Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, presencialmente, informando o local, data e hora sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.3. A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

21.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a retirada da Autorização de Funcionamento ou assine o instrumento de contrato no prazo estabelecido no item 21.1, será facultado à Administração, por meio do Pregoeiro/Agente de Contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §2º e 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

21.4.1. O registro das demais licitantes a que se refere o item 21.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

21.4.2. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 21.4, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.5. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

21.5.1. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada, de que trata o subitem 21.4.1, antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 21.4.2.

21.5.2. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 15.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

21.5.3. Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

21.6. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei n.º 14.133/2021.

21.7. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

21.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

22. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (dozes) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

22.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

23. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

23.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa presente no TR.

24. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

24.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas.

24.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

24.3. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

25. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO/CONTRATO

25.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços a Defensoria poderá convocar o fornecedor beneficiário para a retirada da Autorização de Fornecimento/Serviço ou assinar o instrumento de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

25.2. O prazo de convocação de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual

período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

25.3. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal do fornecedor beneficiário a possua, no mesmo prazo indicado no item 25.1.

25.4. A Defensoria Pública poderá enviar o contrato para assinatura do fornecedor beneficiário, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 25.1.

25.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza a Defensoria Pública a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o contrato em iguais condições.

25.6. Para a assinatura do contrato, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

25.7. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021.

25.8. A Autorização de Fornecimento/Serviço ou o Contrato vinculam-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 90023/2026 constante do Processo n.º 668/2026, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

26.1. As hipóteses e regras sobre o cancelamento do registro de preços encontram-se detalhados na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo V deste Edital.

27. DA FORMA DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será feito conforme previsto no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste edital.

28. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. As regras quanto à entrega e ao recebimento do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste edital.

29. DAS OBRIGAÇÕES

29.1. As obrigações da Contratada e Contrante encontram-se transcritas no termo de referência que constitui o Anexo I deste Edital.

30. DA FISCALIZAÇÃO

30.1. As regras sobre a fiscalização da execução ou entrega do objeto encontram-se previstas no Termo de Referência que constitui o Anexo I deste Edital.

31. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

31.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

31.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

32. DA RESCISÃO

32.1. A inexecução total ou parcial do ajuste poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133, de 2021.

32.2. A extinção do ajuste poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Defensoria Pública, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes; ou
- c) determinada por decisão judicial.

32.3. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da Defensoria Pública.

32.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

33. DAS PENALIDADES

33.1. A recusa injustificada da adjudicatária em retirar a respectiva Autorização de Fornecimento/Serviço/contrato no prazo estabelecido neste Edital caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

33.1.1. As licitantes remanescentes que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a retirar a autorização de fornecimento/serviço, também ficarão sujeitas às sanções referidas no item anterior.

33.2. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, observado o devido Processo Administrativo Sancionatório, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

33.3. Em conjunto com as sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, a Autoridade Competente poderá:

- 33.3.1.** aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento/Serviço; e
- 33.3.2.** determinar a rescisão unilateral do ajuste.

33.4. As sanções referentes à exexução do objeto desta licitação estão previstas no Termo de Referência, que constitui o Anexo I deste Edital..

33.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao

contraditório e à ampla defesa.

34. DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

34.1. A Defensoria Pública e a Contratada se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

34.2. A futura contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pela Defensoria Pública, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

34.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

34.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

34.5. A contratada fica obrigada a comunicar a Defensoria Pública em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

34.6. Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

35.2. Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- c) Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;
- d) Anexo III – Dados para envio da Autorização de Fornecimento/Serviço;
- e) Anexo IV – Minuta Ata de Registro de Preços.

35.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

35.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

35.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

35.6. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Governo Estadual e da Defensoria Pública no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

35.7. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto n.º 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a Defensoria Pública, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

35.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública.

36. DO FORO

36.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro.

Vitória, 19 de junho de 2026.

JOÃO AUGUSTO FRAGA MENDES

Agente de Contratação/Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SERVIÇOS DE HOTELARIA, COM FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM, INCLUINDO ACOMODAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADA A ATENDER A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos, administrativos e operacionais necessários à realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços, destinado à contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem, visando atender às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

1.2 A contratação tem por objetivo possibilitar a disponibilização de hospedagem destinada a ministrantes, palestrantes e convidados participantes de eventos institucionais, contribuindo para a adequada execução das atividades promovidas pela instituição.

1.3 O presente documento foi elaborado com base nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) constantes do respectivo processo administrativo, contemplando os requisitos mínimos para a prestação dos serviços, padrões de qualidade, condições de execução, prazos e demais exigências necessárias à adequada execução contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como com os demais normativos aplicáveis às contratações públicas.

1.4 A presente contratação visa assegurar a disponibilidade de hospedagem para atendimento das demandas institucionais relacionadas à realização de eventos, contribuindo para a adequada organização logística e para a continuidade das atividades institucionais.

1.5 Busca-se, ainda, promover a padronização das condições de hospedagem, garantindo uniformidade na qualidade dos serviços prestados, bem como maior controle e previsibilidade na gestão das contratações.

1.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza recorrente e variável da demanda, permitindo contratações futuras e parceladas, conforme a necessidade efetiva da Administração, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

1.7 A contratação pretendida também visa contribuir para a melhoria da execução dos eventos institucionais, proporcionando suporte logístico adequado à participação de ministrantes, palestrantes e convidados.

1.8 Ademais, pretende-se assegurar que os serviços de hospedagem atendam a requisitos mínimos de qualidade, segurança, conforto e conformidade com as normas aplicáveis, observando-se critérios de economicidade, padronização e eficiência na utilização dos recursos públicos.

1.9 Dessa forma, a presente contratação visa atender de forma eficiente, planejada e economicamente vantajosa às demandas institucionais relacionadas à hospedagem, contribuindo para a adequada realização dos eventos e para a qualidade das atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem em acomodação individual, destinada ao atendimento de ministrantes, palestrantes e convidados no âmbito das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

2.2 A presente contratação tem por finalidade assegurar a disponibilização de hospedagem adequada para atendimento das atividades institucionais, especialmente eventos, capacitações e encontros técnicos, contribuindo para a adequada execução das ações promovidas pela instituição.

2.3 Os serviços a serem prestados deverão atender integralmente às especificações mínimas, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, observando-se as normas legais, sanitárias e regulamentares aplicáveis ao setor de hotelaria, bem como as condições adequadas de funcionamento, segurança e atendimento.

2.4 A hospedagem deverá apresentar condições compatíveis com sua finalidade, assegurando conforto, higiene, segurança e funcionalidade, devendo ser prestada em estabelecimento devidamente regularizado e apto ao atendimento institucional.

2.5 O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis às contratações públicas, tratando-se de serviço comum, amplamente disponível no mercado e adequado às necessidades institucionais.

2.6 A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, não havendo obrigatoriedade de utilização do quantitativo total estimado constante neste Termo de Referência ou no respectivo Estudo Técnico Preliminar, ficando a execução condicionada à necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária.

2.7 As especificações detalhadas dos serviços de hospedagem, bem como os quantitativos estimados, encontram-se discriminados em quadro específico, no qual constam os parâmetros mínimos exigidos para o adequado atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

GRUPO 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	<p>Contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, para o fornecimento de hospedagem em regime de diárias, incluindo café da manhã e infraestrutura de apoio, a fim de atender às necessidades de ministrantes e colaboradores em eventos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).</p> <p>Localização: O estabelecimento deverá estar situado obrigatoriamente no Município de Vitória/ES, preferencialmente em regiões com facilidade de acesso à sede da DPES ou locais de evento.</p>	DIÁRIA	01	30

<p>Padrão de Qualidade: O hotel deverá possuir classificação mínima equivalente a 4 (quatro) estrelas, conforme os critérios de hospitalidade, infraestrutura e serviços.</p> <p>As acomodações deverão ser, obrigatoriamente, em Quarto Individual (Single), equipadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Mobiliário: Cama de casal, mesa de trabalho/escritinha com cadeira ergonômica e armário para guarda de pertences. · Climatização: Sistema de ar-condicionado com controle individual de temperatura. · Tecnologia: Televisor com recepção de canais por assinatura e telefone com linha externa/interna. · Conectividade: Ac 			
---	--	--	--

<p>esso à internet sem fio (Wi-Fi) de alta velocidade, gratuito e disponível tanto no interior dos quartos quanto nas áreas sociais.</p> <p>· Conforto: Frigobar e pontos de energia (tomadas) de fácil acesso, próximos à área de trabalho e cabeceira.</p> <p>· Recepção: Funcionamento ininterrupto (24 horas), com pessoal qualificado para check-in e check-out.</p> <p>· Alimentação: Café da manhã incluso na diária, servido em local apropriado dentro do estabelecimento, com variedade de itens.</p> <p>· Acessibilidade: Ple na acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo elevadores para acesso a todos os andares e quartos adaptados (conforme Norma NBR 9050).</p>			
---	--	--	--

	<p>Segurança: O estabelecimento deve cumprir todas as normas de segurança contra incêndio e pânico, possuindo o Alvará do Corpo de Bombeiros atualizado.</p>			
--	---	--	--	--

3 DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o estabelecido no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

4 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hotelaria, com fornecimento de hospedagem, incluindo acomodação e demais serviços correlatos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), visando assegurar a adequada participação de membros, servidores, colaboradores, palestrantes e demais convidados em eventos, reuniões, capacitações, treinamentos, atividades institucionais e demais compromissos de interesse da Administração.

4.2 A contratação encontra respaldo nos princípios previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos.

4.3 A necessidade administrativa decorre da frequente realização e participação da Defensoria Pública em eventos institucionais, cursos, seminários, congressos, reuniões técnicas e demais atividades que demandam deslocamento de agentes públicos e convidados, tornando necessária a disponibilização de hospedagem adequada para garantir o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.

4.4 A manutenção de instrumento contratual que possibilite a contratação de serviços de hospedagem mostra-se indispensável para assegurar a continuidade das atividades administrativas e finalísticas da DPES, especialmente aquelas que envolvem capacitação, aperfeiçoamento profissional, representação institucional e execução de ações estratégicas em diferentes localidades.

4.5 A ausência de contratação adequada poderá ocasionar prejuízos operacionais, dificuldades logísticas na realização de eventos e atividades institucionais, comprometimento da participação de agentes públicos em ações de interesse da Administração, além de impactos negativos na execução de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional da Defensoria Pública.

4.6 Considerando a necessidade contínua de disponibilização de hospedagem para atendimento das demandas institucionais da DPES, torna-se necessária a adoção das providências administrativas destinadas à realização do competente procedimento licitatório, visando assegurar a contratação dos serviços e evitar descontinuidade no atendimento das demandas da instituição.

4.7 Nos termos do art. 18, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, a contratação foi precedida de planejamento administrativo, com elaboração do respectivo Estudo Técnico Preliminar, documento no qual foram avaliadas a necessidade da contratação, as soluções disponíveis no mercado, a viabilidade técnica e econômica da demanda e a definição da solução mais vantajosa para a Administração Pública.

4.8 Conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação observa os objetivos do processo licitatório, especialmente quanto à seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, à promoção da competitividade e à garantia da adequada aplicação dos recursos públicos.

4.9 A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, considerando a natureza recorrente da demanda, a impossibilidade de previsão exata da quantidade de hospedagens necessárias ao longo da vigência da ata e a conveniência da contratação sob demanda, conforme a necessidade da Administração.

4.10 Nesse sentido, o art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes ou quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços com previsão de utilização parcelada, hipótese compatível com a presente demanda administrativa.

4.11 A contratação será realizada observando-se critérios que assegurem ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa, considerando as especificidades dos serviços de hospedagem e os requisitos mínimos necessários ao adequado atendimento das necessidades institucionais da Defensoria Pública.

4.12 Os serviços de hospedagem deverão observar padrões mínimos de qualidade, conforto, segurança, acessibilidade, higiene e atendimento, bem como atender às normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor hoteleiro.

4.13 Adicionalmente, a presente contratação observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar maior racionalidade administrativa, adequada gestão dos recursos públicos, otimização dos custos relacionados a deslocamentos e hospedagens e melhoria da execução das atividades institucionais.

4.14 Para atendimento da necessidade identificada, torna-se imprescindível a instauração do competente procedimento licitatório, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante observância dos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e segurança jurídica.

4.15 Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e jurídico, contribuindo para a continuidade das atividades institucionais, o adequado suporte logístico às ações da Defensoria Pública, a melhoria da eficiência administrativa e a correta gestão dos recursos públicos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Conforme as análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução adotada consiste na contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem, com o objetivo de atender às necessidades de suporte logístico aos eventos institucionais, à adequada recepção de ministrantes, palestrantes e convidados, bem como à organização e execução das atividades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

5.2 A escolha pela contratação de empresa devidamente qualificada, conforme fundamentado no item 7 do ETP, apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, por garantir a prestação dos serviços em conformidade com as especificações estabelecidas, padrões de qualidade, requisitos de conforto, segurança, localização e atendimento adequados à finalidade institucional. Tal medida contribui para a padronização das condições de hospedagem, para a melhoria da logística e da qualidade dos eventos institucionais, para a redução de contratações emergenciais, bem como para a adequada aplicação dos recursos públicos.

6 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação abrangem o conjunto de condições técnicas, operacionais e de qualidade necessárias à adequada prestação de serviços de hotelaria, incluindo especificações mínimas relacionadas à qualidade da acomodação, conforto, higiene, segurança, localização, disponibilidade de serviços essenciais, bem como a observância às normas legais, sanitárias e regulamentações aplicáveis ao setor hoteleiro.

6.2 Compreendem, ainda, as condições referentes à forma de prestação dos serviços, prazos para confirmação de reservas, período de hospedagem, critérios de verificação da execução, substituição de acomodação em caso de falhas, garantia de disponibilidade, atendimento ao hóspede, apresentação de documentos comprobatórios e conformidade com as condições estabelecidas, além das demais exigências indispensáveis à correta execução do objeto, assegurando o atendimento integral das necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

6.3 Os parâmetros técnicos e operacionais encontram-se detalhados no item 03 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que integra o presente processo administrativo e fundamenta as condições estabelecidas para a contratação, em conformidade com a legislação vigente.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Com fundamento no caput do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração autoriza a subcontratação parcial do objeto deste Termo de Referência, observados os limites e condições estabelecidos neste instrumento.

7.2 A permissão fundamenta-se nas práticas usuais de mercado aplicáveis ao objeto da contratação, nas quais determinadas atividades podem ser executadas por terceiros especializados, contribuindo para maior eficiência operacional, racionalização dos processos produtivos, especialização técnica e adequada execução contratual.

7.3 A autorização para subcontratação parcial visa conferir maior eficiência à execução contratual, fomentar a participação indireta de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) nas cadeias produtivas, ampliar as possibilidades de atendimento das demandas da Administração e mitigar riscos operacionais, sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração.

7.4 Admite-se a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração e que não haja transferência da integralidade da contratação, das parcelas essenciais, de maior relevância técnica ou que constituam o núcleo da obrigação contratada, permanecendo a CONTRATADA como principal responsável pela execução contratual perante a Administração.

7.5 A subcontratação não poderá resultar na transferência integral da execução contratual, nem transformar a CONTRATADA em mera intermediária, administradora ou gestora do contrato, devendo esta manter capacidade técnica, operacional e gerencial compatível com as obrigações assumidas.

7.6 Não será considerada subcontratação, para os fins deste Termo de Referência, a contratação de serviços inerentes à rotina operacional da CONTRATADA, desde que não impliquem transferência de parcela da execução do objeto contratual nem das responsabilidades assumidas perante a Administração, tais como:

7.6.1 Serviços de transporte, frete ou entrega dos bens por transportadoras ou pelos serviços postais;

7.6.2 Atividades de armazenamento, carga, descarga e movimentação física de materiais;

7.6.3 Aquisição de insumos, embalagens, matérias-primas ou demais itens necessários à consecução do objeto contratado;

7.6.4 Outros serviços auxiliares de apoio logístico, operacional ou comercial que não configurem a transferência de obrigações essenciais da contratação.

7.7 Em observância ao disposto no art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedada a subcontratação:

7.7.1 Da totalidade do objeto contratado;

7.7.2 Das parcelas consideradas essenciais, de maior relevância técnica ou que constituam o núcleo da obrigação contratual;

7.7.3 Das parcelas ou serviços cuja capacidade técnica tenha sido utilizada para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional da CONTRATADA;

7.7.4 Das atividades de coordenação, supervisão, gerenciamento, controle de qualidade ou outras cuja transferência possa comprometer a adequada execução contratual;

7.7.5 De pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, possua vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue no procedimento de contratação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

7.8 Nenhuma subcontratação poderá ser iniciada sem a autorização prévia, formal e expressa da Administração.

7.9 A solicitação de autorização deverá ser formalizada pela CONTRATADA antes do início da execução das atividades pretendidas e conter, no mínimo:

7.9.1 Identificação completa da subcontratada;

7.9.2 Descrição detalhada das atividades a serem executadas;

7.9.3 Indicação da parcela do objeto que se pretende subcontratar;

7.9.4 Justificativa técnica para a subcontratação;

7.9.5 Demonstração de que a subcontratação não comprometerá a qualidade da execução contratual nem o cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração.

7.10 Para fins de análise e aprovação da subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar documentação apta a comprovar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e a qualificação técnica da subcontratada, observados os mesmos requisitos e documentos exigidos no Edital, Termo de Referência ou respectivo instrumento de contratação, conforme aplicável à parcela objeto da subcontratação.

7.11 A autorização eventualmente concedida pela Administração possuirá caráter específico e restrito às atividades expressamente aprovadas, não implicando autorização automática para futuras subcontratações.

7.12 A aprovação da subcontratação não gera qualquer direito adquirido à manutenção da autorização concedida, podendo a Administração revê-la ou determinar a substituição da subcontratada sempre que verificar circunstâncias que possam comprometer a execução contratual.

7.13 A autorização para subcontratar não altera, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela execução do objeto, pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais e pelos atos praticados por seus subcontratados.

7.14 A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade dos bens fornecidos, serviços prestados, cumprimento dos prazos contratuais, observância das especificações técnicas e reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros por ação ou omissão da subcontratada.

7.15 Inexiste qualquer vínculo jurídico, contratual, trabalhista, previdenciário, tributário, administrativo ou de responsabilidade subsidiária entre a Administração Pública e os empregados, representantes, prepostos ou sócios da subcontratada.

7.16 É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a contratação, gestão, supervisão e remuneração de seus subcontratados, sendo vedado à Administração realizar pagamentos diretamente à subcontratada.

7.17 A Administração poderá exigir a substituição da subcontratada sempre que verificar deficiência técnica, descumprimento contratual, perda das condições de habilitação, irregularidade documental, comprometimento da qualidade da execução ou qualquer situação que represente risco ao interesse público ou à adequada execução do contrato.

7.18 A realização de subcontratação sem prévia autorização da Administração ou em desacordo com as disposições deste Termo de Referência caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções cabíveis previstas na legislação e nos instrumentos da contratação.

8 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A solução consiste na contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem, destinados ao atendimento de ministrantes, palestrantes e convidados no âmbito das atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), contribuindo para a adequada execução dos eventos institucionais.

8.2 A solução contempla a prestação de serviços de hospedagem sob demanda, assegurando a padronização das condições de contratação, a adequação às necessidades institucionais e a racionalização dos procedimentos administrativos.

8.3 A hospedagem deverá ocorrer em acomodação individual, com estrutura adequada, assegurando conforto, privacidade e condições apropriadas de permanência ao palestrante. Caso não haja disponibilidade do apartamento contratado, o hóspede deverá ser acomodado em unidade de classe superior, sem qualquer custo adicional para a Administração.

8.4 Os serviços deverão apresentar qualidade compatível com a finalidade institucional, observando padrões adequados de higiene, segurança, conforto e atendimento.

8.5 O pagamento será efetuado após a efetiva prestação dos serviços, mediante comprovação da conformidade com as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, devidamente atestada pela área competente.

8.6 A empresa contratada deverá efetuar a confirmação da reserva no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Serviço, garantindo a disponibilidade da unidade habitacional durante todo o período contratado. A confirmação deverá conter identificação do estabelecimento, tipo de acomodação, período de hospedagem e código/localizador da reserva.

8.7 Os serviços deverão ser prestados no Município de Vitória/ES, em local que permita fácil acesso à sede da DPES ou ao local de realização do evento.

8.8 O recebimento dos serviços será realizado mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas, incluindo a efetiva prestação da hospedagem e a adequação das acomodações.

8.9 Serão verificados, entre outros aspectos:

8.9.1 Conformidade com as condições contratadas;

8.9.2 Disponibilidade e adequação da acomodação;

8.9.3 Condições de higiene, segurança e conservação;

8.9.4 Localização compatível com a finalidade do evento;

8.9.5 Qualidade do atendimento prestado.

8.10 Serão considerados em desconformidade os serviços que apresentem quaisquer das seguintes condições:

8.10.1 Falha na reserva ou indisponibilidade da acomodação;

8.10.2 Condições inadequadas de higiene, segurança ou conservação;

8.10.3 Divergência em relação às condições contratadas;

8.10.4 Atendimento incompatível com padrões mínimos de qualidade.

8.11 Em caso de defeito, falha ou desconformidade detectada durante a estadia, a empresa contratada deverá providenciar a substituição ou adequação da acomodação e/ou dos serviços no prazo máximo de 01 (uma) hora, contados da notificação formal da DPES, sem qualquer ônus adicional, assegurando a continuidade adequada da hospedagem. Nos casos de realocação, a contratada será responsável por eventuais custos de deslocamento necessários à acomodação do hóspede.

8.12 A contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados à prestação dos serviços, incluindo tributos, taxas e quaisquer despesas necessárias à execução do objeto.

8.13 Os serviços deverão ser devidamente comprovados por meio de nota fiscal contendo as informações necessárias à identificação da contratação, incluindo período

de hospedagem e demais dados pertinentes, bem como comprovante de hospedagem (check-in) assinado pelo hóspede.

8.14 A empresa contratada deverá garantir suporte emergencial completo durante o período de hospedagem, com atendimento disponível 24 (vinte e quatro) horas, incluindo comunicação imediata de intercorrências e solução de problemas relacionados à acomodação.

8.15 A execução das reservas e a identificação dos hóspedes deverão observar as seguintes condições:

8.15.1 A hospedagem será vinculada à identificação formal do hóspede indicado pela Administração, não sendo admitida substituição sem prévia autorização;

8.15.2 Todas as solicitações deverão ser formalizadas por meio de Autorização de Fornecimento/Serviço, não sendo admitidas reservas informais para fins de faturamento;

8.15.3 A confirmação da reserva deverá conter identificação do estabelecimento, tipo de acomodação, período de hospedagem e código/localizador da reserva.

8.16 A gestão de reservas observará as seguintes condições:

8.16.1 A Administração poderá solicitar o cancelamento ou alteração da reserva sem ônus, desde que comunicado à contratada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do horário previsto para o check-in;

8.16.2 A Administração poderá solicitar alterações nas datas de hospedagem, mediante comunicação prévia, devendo a contratada enviar esforços para o atendimento, sem ônus adicional, sempre que houver disponibilidade;

8.16.3 O início da diária observará o horário padrão de check-in do estabelecimento, e o término o horário de check-out, salvo ajuste prévio entre as partes;

8.16.4 Em caso de não comparecimento do hóspede (no-show), sem comunicação prévia pela Administração, poderá ser devido o pagamento de 01 (uma) diária, desde que devidamente comprovada a reserva.

8.17 As condições de faturamento, execução e responsabilidades observarão:

8.17.1 Não serão admitidas cobranças adicionais à Administração referentes a serviços não autorizados, tais como consumos extras, frigobar, lavanderia ou similares, os quais deverão ser custeados diretamente pelo hóspede;

8.17.2 A contratada não poderá alegar overbooking para justificar indisponibilidade da acomodação, devendo assegurar a hospedagem conforme reserva confirmada, sob pena de substituição imediata por unidade equivalente ou superior;

8.17.3 O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação e no instrumento convocatório.

9 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

9.1 A autoridade competente designou, formalmente, a comissão de recebimento de materiais de consumo, bens permanentes e serviços de entrega imediata com a responsabilidade de conferência de todos os bens entregues no almoxarifado dessa instituição, conforme **PORTARIA DPES Nº 126 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026**, responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação, aos quais compete:

9.1.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

9.1.2 Atestar o recebimento provisório e o definitivo de acordo com o art 140, da Lei Federal 14.133/21;

9.1.3 Receber, conferir e atestar as NOTAS FISCAIS, com base nas requisições emitidas pela DPES;

9.1.4 Anotar em registro próprio, comunicando à CONTRATADA, as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

9.2 A fiscalização anotarás todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

9.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis;

9.4 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do DPES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência;

9.5 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável por todos os serviços e/ou fornecimento de bens, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação do serviço;

9.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA detectado pela fiscalização ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado, mediante o fornecimento à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo de Nota Fiscal Eletrônica, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 20 dias úteis, após a respectiva apresentação;

10.1.1 Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (0,33 / 100) \times ND$$

Onde:

VM: Valor da multa financeira;

VF: Valor da nota fiscal;

ND: Número de dias em atraso.

10.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais ou outra circunstância impeditiva, os mesmos serão devolvidos à empresa CONTRATADA para correção,

sendo que o recebimento será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

10.3 A NOTA FISCAL ELETRÔNICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, os objetos, os valores unitários e totais;

10.4 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

10.5 O CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

10.6 Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

10.7 O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL somente será feito por Ordem Bancária;

10.8 Fica a CONTRATADA obrigada a observar e cumprir o disposto na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual n.º 5.460-R, de 28 de julho de 2023;

10.9 A CONTRATADA deverá emitir as NOTAS FISCAIS/FATURAS ou quais outros documentos de cobrança com o destaque do IR a ser retido na fonte, em observância às regras de retenção do imposto de renda previsto nos normativos informado no item 10.8;

10.10 Em caso de não observância do disposto nos itens 10.2, 10.3 e 10.9, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não incidindo, no prazo de suspensão, a multa prevista no item 10.1.1.

11 DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

11.1 Considerando os estudos realizados no Estudo Técnico Preliminar e o valor estimado da contratação, verifica-se a viabilidade da realização de **pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por grupo, conforme previsto no art. 33 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado, na forma do art. 56 da referida Lei e demais normativos aplicáveis.

11.3 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como demonstrar que possui atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação da documentação pertinente, nos termos da legislação vigente.

11.4 A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação, no mínimo, 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido satisfatoriamente serviços compatíveis com o objeto do Termo de Referência.

11.5 Poderão participar da contratação pessoas jurídicas que atendam às condições estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, desde que compatíveis com o objeto, assegurada a observância dos princípios da isonomia e da competitividade.

11.6 O fornecedor deverá declarar, sob as penas da lei, que atende a todos os requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência e que possui capacidade operacional para a execução dos serviços, nos prazos e condições estabelecidos.

11.7 A contratada deverá cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à contratação, especialmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

12 DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo. Com base nos levantamentos efetuados, o custo estimado da contratação corresponde a R\$ 21.621,30 (vinte e um mil seiscientos e vinte e um reais e trinta centavos).

12.2 Este valor tem como base a pesquisa de preços realizada pela Gerência Administrativa, com metodologia e fontes detalhadas no item 06 do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

12.3 A pesquisa final de preços mercadológica será realizada pelo Setor de Compras, com vistas ao ajuste do preço, que serão disponibilizados para efeito de divulgação em Edital como critério de julgamento das propostas.

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, alocada na Ação 2357, Elemento de Despesa 3.3.90.39.80.

13.2 A assunção das obrigações decorrentes da presente contratação ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente, bem como à prévia emissão do respectivo empenho, em conformidade com a legislação financeira e orçamentária aplicável.

13.3 Caso haja necessidade de adequação ou remanejamento da dotação orçamentária durante a execução contratual, estes serão realizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes, mediante autorização da autoridade competente.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Entregar os produtos e cumprir integralmente as obrigações relacionadas com a contratação descritas neste Termo de Referência e no Contrato;

14.2 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

14.3 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções;

14.4 Registrar as ocorrências havidas durante a execução do Contrato/Termo, dando plena ciência ao CONTRATANTE, bem como respondendo integralmente por sua omissão;

14.5 Disponibilizar para o CONTRATANTE um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamados;

14.6 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos ao CONTRATANTE, ou a terceiros;

14.7 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como responder pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

14.8 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;

14.9 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do serviço, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.10 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

14.11 Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, nota(s) fiscal(is) com a descrição completa dos serviços e/ou fornecimento de bens, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos por lei e a declaração de adimplemento de encargos;

14.12 Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas;

14.13 Se responsabilizar integralmente pelos serviços e/ou fornecimento dos objetos contratados, nos termos da legislação vigente;

14.14 Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências;

14.15 Manter sigilo de informações às quais porventura venha a ter acesso.

14.15.1 Todas as informações, imagens, aplicativos, dados, documentos, registros ou metadados que venham a ser acessados, manuseados ou utilizados em razão da execução do objeto contratual são de propriedade exclusiva da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), sendo vedado à CONTRATADA, bem como a seus empregados, prepostos ou colaboradores, repassá-los, copiá-los, reproduzi-los, alterá-los ou utilizá-los para finalidade diversa da execução contratual, sem prévia e expressa autorização da Administração.

14.15.2 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente e por escrito à DPES qualquer irregularidade, falha, incidente ou anormalidade que venha a identificar durante a execução do objeto contratado, adotando as providências necessárias para sua adequada solução.

14.15.3 A CONTRATADA será responsável por assegurar que seus empregados, representantes ou quaisquer pessoas que atuem em seu nome observem rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade sobre todas as informações institucionais às quais tenham acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de uso indevido, divulgação não autorizada ou vazamento dessas informações.

14.15.4 A eventual interação entre empregados ou colaboradores da CONTRATADA e servidores da DPES, quando necessária à execução do objeto contratado, não caracterizará qualquer vínculo empregatício, funcional ou de subordinação direta entre as partes, permanecendo cada qual responsável por suas obrigações legais e contratuais.

14.15.5 Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratual deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, total ou parcialmente, sem

autorização formal da Administração. A CONTRATADA deverá zelar pela manutenção do mais absoluto sigilo sobre dados, informações, documentos, especificações técnicas, rotinas administrativas e demais conteúdos institucionais aos quais venha a ter acesso em razão da execução contratual.

14.15.6 A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade, a segurança e a confidencialidade das informações eventualmente acessadas, armazenadas ou trafegadas durante a execução do contrato, responsabilizando-se por qualquer utilização indevida, perda, vazamento ou divulgação não autorizada dessas informações. O dever de confidencialidade permanecerá vigente mesmo após o encerramento da relação contratual, enquanto as informações não se tornarem públicas por meios legítimos ou por determinação legal.

14.16 Providenciar todos os meios necessários (transporte, ferramentas, equipamentos de segurança e mão de obra qualificada) para a execução do objeto.

15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

15.2 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes aos objetos deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação dos serviços e/ou fornecimento do objeto;

15.3 Designar servidores com competência necessária para promover o recebimento do serviço, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazos e entrega;

15.4 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado, nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais;

15.5 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

15.6 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto;

15.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços executados e/ou fornecimento do objeto, fixando prazo para a correção;

15.8 Aplicar as penalidades nas situações previstas neste Termo de Referência;

15.9 Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive quanto à intenção de aplicação de penalidades, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;

15.9.1 As notificações serão realizadas por meios idôneos que assegurem a ciência inequívoca da CONTRATADA, tais como ofício com comprovação de entrega mediante protocolo físico ou eletrônico, correio eletrônico (e-mail), fax, carta com aviso de recebimento (AR), ou outro meio que possibilite a comprovação do recebimento.

15.9.2 Para fins de validade da notificação, considera-se comprovado o recebimento quando houver registro que permita a identificação do destinatário, a data e hora da entrega, bem como a confirmação da efetiva ciência ou da disponibilização da comunicação, por meio de:

- I – protocolo físico assinado;
- II – aviso de recebimento (AR);
- III – comprovante de entrega ou transmissão (inclusive no caso de fax);
- IV – registro em sistema eletrônico oficial; ou
- V – confirmação de entrega ou leitura em meio eletrônico com sistema de confirmação digital idôneo.

15.9.3 No caso de utilização de correio eletrônico (e-mail), o endereço eletrônico deverá ser informado pela CONTRATADA no momento da assinatura do contrato, incumbindo-lhe manter seus dados atualizados durante toda a execução contratual, sob pena de ser considerada válida a notificação enviada ao endereço previamente informado.

15.9.4 A notificação será considerada realizada:

- I – na data do recebimento, quando comprovada por protocolo, aviso de recebimento (AR), comprovante de entrega ou documento equivalente;
- II – na data da confirmação de entrega, transmissão ou leitura, quando utilizada comunicação eletrônica ou fax com sistema de confirmação idôneo;
- III – na data do registro de disponibilização da comunicação, quando realizada por meio de sistema eletrônico oficial que permita o rastreamento e a comprovação de acesso.

15.9.5 Na hipótese de ausência de confirmação de recebimento por meio eletrônico, a Administração deverá adotar outro meio idôneo de notificação, de modo a assegurar a ciência inequívoca da CONTRATADA.

15.9.6 A eventual recusa no recebimento da notificação será considerada como ciência válida para todos os efeitos legais, desde que devidamente comprovada por meio de registro formal da negativa de recebimento, lavrado pelo agente responsável pela entrega ou pelo serviço de correspondência, com a indicação da data, hora, local e da identificação do destinatário ou de quem se recusou a receber, bem como, sempre que possível, da respectiva assinatura ou da anotação da recusa.

15.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou fornecimento dos bens em desacordo com o objeto contratado.

16 DAS SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 16.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 16.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1 **Advertência** pela falta do subitem 16.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.2 **Multa**, calculada na forma do edital, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 16.1 deste Termo de Referência, no percentual de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento), na

hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 16.1.1 a 16.1.7 e de até 30% (trinta por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 16.1.8 a 16.1.12;

16.2.2.1 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

16.2.2.2 A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4.

16.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, deste Termo de Referência;

16.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

16.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

16.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas, especialmente o disposto no caput e parágrafos do art. 158 da referida Lei, bem como as regras estabelecidas neste instrumento.

16.6 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão fiscalizador deverá notificar o interessado contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.

16.6.1 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo:

- a) A descrição da conduta considerada irregular;
- b) O fundamento legal ou contratual da infração;
- c) A sanção que poderá ser aplicada;
- d) O prazo para apresentação de defesa;
- e) O local ou meio para apresentação da defesa.

16.6.2 O prazo para apresentação de defesa prévia será de:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as penalidades de advertência e multa;

b) 15 (quinze) dias úteis para as penalidades de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

16.6.3 A CONTRATADA comunicará à Administração as mudanças de endereço ocorridas no curso da vigência contratual, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

16.6.4 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a DPES proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do interessado que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.6.5 O recurso administrativo será submetido à análise da Assessoria Jurídica da DPES (ASJUR) quando se tratar de sanções de impedimento ou inidoneidade.

16.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

16.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

16.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.7.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

16.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.9 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

16.10 A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

16.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.12 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

16.13 Para fins de fiscalização da execução contratual e verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, as infrações poderão ser graduadas e sancionadas conforme a tabela abaixo.

Nível da Falha	Critério de Identificação	Sanção Aplicável
I – Leve	Descumprimento pontual de obrigação contratual que não cause prejuízo relevante à Administração nem comprometa a execução do objeto.	Notificação para correção imediata e, em caso de reincidência, advertência.
II – Média	Descumprimento contratual que cause atraso ou prejuízo moderado à execução do objeto, ou reincidência em falhas leves.	Aplicação de multa moratória e notificação formal para correção da irregularidade.
III – Grave	Descumprimento contratual que comprometa significativamente a execução do objeto, caracterize inexecução parcial relevante ou reincidência em falhas médias.	Aplicação de multa compensatória, podendo ser cumulada com impedimento de licitar e contratar, conforme o caso.
IV – Gravíssima	Inexecução total do contrato, fraude, apresentação de documentação falsa, comportamento inidôneo ou prática de ato ilícito contra a Administração.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17 DA AMOSTRA

17.1 Não será exigida a apresentação de amostra para fins de avaliação das propostas na presente contratação.

17.2 Tal medida justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços de hotelaria, amplamente disponíveis no mercado, com características padronizadas e passíveis de verificação por meio das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e da documentação apresentada pelos licitantes.

17.3 A aferição da conformidade dos serviços será realizada durante a execução contratual, especialmente por ocasião da utilização da hospedagem, mediante verificação do atendimento às condições estabelecidas, incluindo qualidade da acomodação, condições de higiene, segurança, localização e atendimento prestado.

17.4 Eventuais inconformidades, falhas na prestação dos serviços ou descumprimento das condições estabelecidas deverão ser sanadas pela contratada, mediante substituição da acomodação ou correção das irregularidades, sem ônus para a Administração, nos termos deste Termo de Referência.

17.5 O controle da qualidade dos serviços será realizado pela área responsável pela gestão e fiscalização contratual, podendo ser adotadas medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das condições pactuadas.

17.6 A não exigência de amostra não afasta a responsabilidade da contratada quanto à plena conformidade dos serviços prestados, devendo ser observadas todas as condições, requisitos e padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

18 DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 Não será exigida garantia contratual da execução, nos termos dos os termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns de hotelaria, caracterizados por baixo grau de complexidade operacional, execução rotineira e reduzida exposição da Administração a riscos relevantes de inadimplemento contratual.

18.2 A não exigência de garantia contratual mostra-se adequada e proporcional às características da contratação, uma vez que os riscos inerentes à execução dos serviços encontram-se suficientemente mitigados por meio das condições de execução, fiscalização, recebimento dos serviços, aplicação de sanções administrativas e demais mecanismos de controle previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

19 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Não serão admitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços, considerando as limitações operacionais atualmente existentes no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, especialmente quanto à capacidade de gestão e fiscalização contratual pelo Setor Administrativo, que não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para absorver eventual incremento de demandas decorrentes de adesões.

20 DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1 O presente Termo de Referência foi elaborado e é de inteira responsabilidade da Gerência Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, unidade competente para o planejamento, coordenação e definição das diretrizes técnicas e administrativas relativas à presente contratação.

20.2 O documento reflete as necessidades institucionais identificadas, bem como os critérios técnicos e operacionais necessários à adequada execução do objeto, observando-se as disposições legais e normativas aplicáveis.

Responsável pela elaboração técnica:

Bárbara Barbosa Alves
Assessora Padrão IV
Nº Funcional: 646204-01

Aprovação do setor demandante:

Rodrigo Puton
Diretor Administrativo
Nº Funcional: 644303-01

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE SERVIÇOS DE HOTELARIA, COM FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM, INCLUINDO ACOMODAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADA A ATENDER A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

1 DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem por finalidade assegurar suporte logístico adequado à realização de eventos institucionais promovidos pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), especialmente no que se refere à disponibilização de serviços de hospedagem destinados a ministrantes, palestrantes e convidados, cuja participação é essencial ao desenvolvimento das atividades institucionais.

1.2 A realização de eventos institucionais, tais como capacitações, seminários, oficinas, encontros técnicos e demais ações de formação e difusão de conhecimento, constitui atividade inerente à atuação da DPES, demandando, com frequência, a participação de profissionais externos, cuja permanência no município de realização do evento exige a disponibilização de hospedagem adequada.

1.3 O levantamento das necessidades foi realizado com base no histórico de eventos promovidos pela instituição, bem como em demandas recorrentes apresentadas pelas unidades administrativas e finalísticas, evidenciando a necessidade contínua e reiterada de contratação de serviços de hotelaria.

1.4 Verificou-se que tais demandas possuem natureza recorrente, porém com variabilidade quanto à quantidade, localidade e período de utilização, o que inviabiliza a definição prévia e precisa de quantitativos fixos, ao mesmo tempo em que exige pronta disponibilidade do serviço.

1.5 Constatou-se, ainda, que a inexistência de instrumento contratual vigente para atendimento dessas demandas tem ocasionado a necessidade de contratações diretas sucessivas, frequentemente realizadas em prazo exíguo, em razão da proximidade entre a definição dos eventos e sua realização, o que compromete o adequado planejamento da contratação e pode impactar a obtenção das melhores condições de preço e qualidade.

1.6 Destaca-se que, em diversas situações, a necessidade de hospedagem surge de forma superveniente, em decorrência de confirmações tardias de participação de ministrantes e convidados, alterações na programação dos eventos ou demandas institucionais imprevistas, circunstâncias que reforçam a necessidade de instrumento contratual flexível e de pronta utilização.

1.7 Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, por permitir a contratação sob demanda, de forma ágil e eficiente, compatível com a natureza variável e imprevisível das necessidades, evitando a formação de estoques contratuais desnecessários e promovendo melhor gestão dos recursos públicos.

1.8 A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita, ainda, a padronização das condições de contratação, a racionalização dos procedimentos administrativos e a redução do número de processos de contratação direta, contribuindo para maior eficiência, economicidade e segurança jurídica.

1.9 Ademais, o planejamento prévio da contratação, por meio da formação de ata de registro de preços, mitiga o risco de descontinuidade na realização de eventos institucionais, assegurando a disponibilidade tempestiva de hospedagem e evitando situações emergenciais que possam comprometer a qualidade ou a viabilidade das ações institucionais.

1.10 A definição dos quantitativos estimados decorre de análise técnica das demandas pretéritas e da projeção de eventos institucionais a serem realizados, considerando-se a necessidade de atendimento ao longo do período de vigência da ata, sem, contudo, gerar obrigatoriedade de contratação integral.

1.11 Dessa forma, a presente contratação visa garantir condições adequadas para a realização de eventos institucionais, assegurando a hospedagem de ministrantes, palestrantes e convidados, de modo a viabilizar a execução das atividades institucionais com eficiência, qualidade e observância aos princípios da administração pública, em especial o planejamento, a economicidade e a continuidade do serviço público.

2 DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 A presente contratação não constava inicialmente no Plano de Contratações Anual (PCA) da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, instrumento de planejamento que consolida as demandas previstas para o exercício.

2.2 No decorrer do exercício, contudo, verificou-se a necessidade superveniente de contratação de serviços de hotelaria, em razão da intensificação e recorrência de eventos institucionais promovidos pela DPES, que demandam a disponibilização de hospedagem para ministrantes, palestrantes e convidados.

2.3 A ausência de previsão inicial decorre da natureza dinâmica dessas demandas, que possuem caráter variável e, em muitos casos, imprevisível, especialmente quanto à quantidade de participantes externos, datas e localidades de realização dos eventos.

2.4 Verificou-se, ainda, que a inexistência de instrumento contratual vigente para atendimento dessas necessidades tem ocasionado a realização de contratações diretas

sucessivas, frequentemente em prazo reduzido, o que compromete o planejamento das aquisições e pode impactar negativamente a economicidade e a eficiência administrativa.

2.5 Nesse contexto, a identificação da demanda ao longo do exercício ensejou a adoção de medida corretiva de planejamento, com vistas à estruturação de contratação mais eficiente, capaz de atender às necessidades institucionais de forma contínua e organizada.

2.6 A opção pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza recorrente e não plenamente previsível das demandas, permitindo contratações sob demanda, com maior agilidade, padronização e racionalização dos procedimentos administrativos, além de possibilitar a obtenção de condições mais vantajosas em razão da economia de escala.

2.7 Ademais, a adoção dessa estratégia contribui para a redução de contratações emergenciais e fragmentadas, promovendo maior controle, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.8 Dessa forma, ainda que não prevista inicialmente no PCA, a presente contratação encontra-se devidamente justificada sob a perspectiva do interesse público, do planejamento administrativo superveniente e da busca pela economicidade, alinhando-se aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

3 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá observar, como requisitos mínimos, o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos

que instruem o processo, assegurando o adequado atendimento às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), especialmente quanto à recepção do palestrante e à execução do evento.

3.2 Os serviços de hotelaria deverão contemplar hospedagem em acomodação individual, incluindo os serviços regularmente disponibilizados na diária do estabelecimento, assegurando condições adequadas de conforto, segurança e higiene.

3.3 O estabelecimento deverá ser devidamente regularizado, atendendo às normas legais, sanitárias e de funcionamento aplicáveis ao setor de hotelaria.

3.4 A unidade de hospedagem deverá dispor de infraestrutura compatível com a permanência do palestrante, incluindo mobiliário, banheiro privativo e condições adequadas de ventilação, iluminação e limpeza.

3.5 O estabelecimento deverá estar situado no Município de Vitória/ES, em local que possibilite fácil acesso à sede da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) ou ao local de realização do evento, de modo a assegurar a pontualidade e a adequada participação do palestrante.

3.6 A contratada deverá garantir a efetivação da reserva e a disponibilidade da unidade habitacional durante todo o período contratado.

3.7 Eventuais serviços ou consumos não incluídos na diária deverão ser custeados diretamente pelo hóspede, não gerando ônus para a Administração.

3.8 A prestação dos serviços deverá ocorrer nas datas definidas pela Administração, assegurando atendimento tempestivo às demandas institucionais.

3.9 A contratada deverá sanar, de forma imediata, quaisquer falhas na prestação dos serviços, inclusive mediante substituição de acomodação, quando necessário, sem ônus adicional para a Administração.

3.10 O faturamento deverá ser realizado mediante emissão de nota fiscal, contendo a discriminação dos serviços prestados e o período de hospedagem.

3.11 A contratada deverá manter canal de comunicação ativo com a equipe responsável pela gestão contratual, assegurando suporte e atendimento adequado.

3.12 A contratada será responsável por todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos e demais despesas.

3.13 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a legislação vigente, assegurando regularidade e qualidade na execução contratual.

3.14 Os requisitos estabelecidos visam garantir a adequada execução do evento, a permanência do palestrante em condições satisfatórias e o atendimento ao interesse público.

4 DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às orientações dos órgãos de controle, foi realizada, durante a fase de planejamento da contratação, análise acerca da viabilidade da subcontratação, considerando as características da solução pretendida, as práticas usuais de mercado, a viabilidade técnica e operacional da execução contratual e o interesse público envolvido.

4.2 Como resultado da avaliação realizada, conclui-se pela possibilidade de subcontratação parcial de atividades acessórias, auxiliares ou complementares, desde que previamente autorizada pela Administração e observadas as condições estabelecidas nos documentos que instruem a contratação.

4.3 A execução do objeto engloba atividades de naturezas distintas. A exigência de execução integral por uma única empresa poderia restringir indevidamente o universo de competidores, afastando licitantes que, embora qualificados para a parcela principal, não executam diretamente os serviços complementares. Assim, a flexibilização visa à máxima eficiência, economicidade e ampliação da competitividade, alinhando-se às práticas do mercado.

4.4 A admissão de terceiros especializados para essas parcelas específicas ocorre sem prejuízo à qualidade da solução, à eficiência ou ao atendimento da necessidade administrativa. Pelo contrário, permite que a contratada principal busque parceiros com notória expertise, refletindo diretamente na melhoria técnica do serviço entregue, além de fomentar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs) nas cadeias produtivas locais.

4.5 A subcontratação não poderá resultar na transferência integral da execução do objeto, nem transformar a contratada em mera intermediária, administradora ou gestora da contratação, devendo esta permanecer como principal responsável pela execução das obrigações assumidas perante a Administração.

4.6 Permanecerão sob responsabilidade direta da contratada as atividades relacionadas ao gerenciamento da execução contratual, à responsabilidade técnica pela execução do objeto, ao controle de qualidade dos bens ou serviços, ao cumprimento das especificações estabelecidas e ao atendimento de todas as obrigações assumidas perante a Administração.

4.7 Eventual subcontratação dependerá de prévia autorização da Administração e da comprovação de que a subcontratada possui capacidade compatível com as atividades que lhe forem atribuídas.

4.8 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue no procedimento de contratação, na fiscalização ou na gestão contratual, bem como com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

4.9 Os limites, condições específicas, atividades passíveis de subcontratação, atividades vedadas à subcontratação e demais requisitos aplicáveis serão detalhados no Termo de Referência, no Edital, quando houver, e nos demais documentos que compõem a contratação, de modo a assegurar a coerência entre os instrumentos da fase de planejamento, a segurança jurídica da contratação e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, motivação, transparência e interesse público.

4.10 Conclui-se pela viabilidade da subcontratação parcial de atividades acessórias, auxiliares ou complementares à execução contratual, quando compatíveis com a natureza do objeto, permanecendo vedada a transferência das parcelas essenciais, de maior relevância técnica ou que constituam o núcleo da obrigação assumida pela contratada.

5 DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

5.1 A estimativa dos quantitativos foi definida com base em levantamento técnico realizado pelas áreas competentes da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), considerando o histórico de eventos institucionais, a frequência de realização de atividades que demandam participação de ministrantes, palestrantes e convidados, bem como a necessidade de disponibilização de hospedagem.

5.2 O dimensionamento considerou informações fornecidas pelas unidades demandantes, especialmente quanto à média de participantes externos por evento, duração das atividades e necessidade de permanência, evidenciando a recorrência da demanda por serviços de hospedagem.

5.3 A estimativa contempla a variabilidade das demandas ao longo do exercício, considerando que a quantidade de diárias pode oscilar em razão do número de eventos realizados, da quantidade de participantes externos e das características específicas de cada atividade institucional.

5.4 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de definição exata dos quantitativos a serem utilizados, em razão do caráter não contínuo, porém recorrente, das demandas, permitindo contratações sob demanda, conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados.

5.5 O modelo adotado possibilita maior eficiência administrativa, ao evitar a realização de contratações diretas sucessivas e permitir a padronização das condições de prestação dos serviços, além de contribuir para a obtenção de condições mais vantajosas mediante planejamento prévio.

5.6 Ressalta-se que os quantitativos estimados possuem caráter meramente referencial, servindo como base para a formação da ata de registro de preços, não gerando obrigação de contratação por parte da Administração, que poderá demandar os serviços conforme sua necessidade.

5.7 Quadro de Quantitativo Estimado:

GRUPO 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE MINIMA	QUANTIDADE MAXIMA
01	<p>Contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, para o fornecimento de hospedagem em regime de diárias, incluindo café da manhã e infraestrutura de apoio, a fim de atender às necessidades de ministrantes e colaboradores em eventos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).</p> <p>Localização: O estabelecimento deverá estar situado obrigatoriamente no Município de Vitória/ES, preferencialmente em regiões com facilidade de acesso à sede da DPES ou locais de evento.</p>	DIÁRIA	01	30

Padrão de Qualidade: O hotel deverá possuir classificação mínima equivalente a **4 (quatro) estrelas**, conforme os critérios de hospitalidade, infraestrutura e serviços.

As acomodações deverão ser, obrigatoriamente, em **Quarto Individual (Single)**, equipadas com:

· **Mobiliário:** Cama de casal, mesa de trabalho/escrivania com cadeira ergonômica e armário para guarda de pertences.

· **Climatização:** Sistema de ar-condicionado com controle individual de temperatura.

· **Tecnologia:** Televisor com recepção de canais por assinatura e telefone com linha externa/interna.

<ul style="list-style-type: none">· Conectividade: Acesso à internet sem fio (Wi-Fi) de alta velocidade, gratuito e disponível tanto no interior dos quartos quanto nas áreas sociais.· Conforto: Frigobar e pontos de energia (tomadas) de fácil acesso, próximos à área de trabalho e cabeceira.· Recepção: Funcionamento ininterrupto (24 horas), com pessoal qualificado para check-in e check-out.· Alimentação: Café da manhã incluso na diária, servido em local apropriado dentro do estabelecimento, com variedade de itens.· Acessibilidade: Plena acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo elevadores para acesso a todos os andares e quartos adaptados (conforme			
--	--	--	--

	Norma NBR 9050).			
	<p>Segurança: O estabelecimento deve cumprir todas as normas de segurança contra incêndio e pânico, possuindo o Alvará do Corpo de Bombeiros atualizado.</p>			

6 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis que atendessem aos requisitos de qualidade, conforto, segurança, localização e custo-benefício, voltados à prestação de serviços de hospedagem destinados a ministrantes, palestrantes e convidados no âmbito dos eventos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

6.2 Em observância ao art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento analisou diferentes alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, conforme síntese apresentada a seguir:

Alternativa Analisada	Qualidade e Adequação ao Uso Institucional	Custo Estimado	Facilidade de Gestão e Manutenção	Viabilidade Técnica / Uso Institucional	Conclusão
------------------------------	---	-----------------------	--	--	------------------

Contratação de serviços de hotelaria (diárias)	Alta. Hospedagem em estabelecimentos estruturados, com serviços adequados e padrão compatível com a finalidade institucional.	Moderado. Custos compatíveis com valores de mercado e sem encargos de manutenção.	Alta. Simplicidade na gestão, contratação sob demanda.	Alta. Atende plenamente às necessidades institucionais.	Solução escolhida
Locação de imóveis por temporada	Média. Variabilidade na qualidade, ausência de padrão e suporte operacional limitado.	Variável. Pode apresentar custos elevados conforme demanda.	Baixa. Maior complexidade de gestão e fiscalização.	Parcial. Não garante padronização nem atendimento adequado.	Descartada por baixa padronização
Manutenção do cenário atual (contratações pontuais)	Baixa. Repetição de processos e maior esforço administrativo.	Elevado. Ausência de ganho de escala.	Baixa. Repetição de processos e maior esforço administrativo.	Inadequada. Não atende ao planejamento institucional.	Descartada por inadequação

6.3 Adicionalmente, considerando as características da demanda — natureza recorrente, variabilidade de quantitativos e necessidade de atendimento ágil — foram analisadas as seguintes alternativas quanto à forma de contratação:

6.3.1 Realização de procedimento licitatório sem Sistema de Registro de Preços

Embora juridicamente possível, essa alternativa exige definição prévia de quantitativos, o que não se mostra adequado diante da variabilidade das demandas de hospedagem, podendo resultar em contratações insuficientes ou superdimensionadas.

Conclusão: descartada por inadequação à natureza da demanda.

6.3.2 Adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos (carona)

Depende da existência de ata vigente compatível com localização, padrão de hospedagem e condições específicas exigidas pela DPES, o que pode limitar o atendimento adequado das necessidades institucionais.

Conclusão: descartada por risco de inadequação técnica.

6.3.3 Contratação direta por dispensa de licitação

Embora viável em situações pontuais, mostra-se inadequada como solução estruturante, considerando a recorrência das demandas, além de não permitir ganho de escala, padronização ou eficiência administrativa.

Conclusão: descartada por baixa eficiência.

6.3.4 Formação de Ata de Registro de Preços própria

Apresenta-se como a alternativa mais vantajosa, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, por permitir contratações conforme a necessidade, com maior flexibilidade, padronização, economicidade e eficiência na gestão.

Conclusão: solução escolhida.

6.4 Após a análise das alternativas, verificou-se que a contratação de serviços de hospedagem por meio de Sistema de Registro de Preços constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais, garantindo disponibilidade, padronização e qualidade na prestação dos serviços.

6.5 Sob a perspectiva da economicidade e da eficiência administrativa, a adoção do Sistema de Registro de Preços permite contratações sob demanda, redução de custos operacionais e melhor planejamento da utilização dos recursos públicos.

6.6 Conclui-se, portanto, que a formação de Ata de Registro de Preços configura a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais, assegurando suporte à realização de eventos, maior eficiência administrativa e continuidade das atividades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

7 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 A estimativa preliminar de preços tem por finalidade subsidiar a análise da viabilidade orçamentária e financeira da contratação, destinada à prestação de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem para ministrantes, palestrantes e convidados, no

âmbito das atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), bem como servir de parâmetro para a adequada instrução do processo administrativo.

7.2 Os valores estimados foram obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada junto a estabelecimentos do ramo hoteleiro, bem como mediante consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, observando-se critérios de razoabilidade, economicidade, competitividade e vantajosidade, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.3 A pesquisa considerou serviços com características equivalentes quanto à localização, padrão de acomodação, qualidade dos serviços ofertados, condições de hospedagem e demais elementos relevantes, de modo a assegurar maior consistência na formação do valor estimado e refletir, de forma fidedigna, os preços praticados no mercado para serviços compatíveis com as necessidades institucionais.

7.4 Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter meramente estimativo e referencial, destinando-se ao planejamento da contratação e à avaliação da disponibilidade orçamentária, podendo variar conforme as propostas apresentadas no procedimento licitatório e as condições efetivamente contratadas.

GRUPO UNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FORNECEDOR: SAITER HOTEIS LTDA	FORNECEDOR: HOTELARIA PRAIA COMPRIDA LTDA	FORNECEDOR: ATLANTICA HOTELS INTERNATIONA L BRASIL LTDA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	SERVIÇO DE HOTELARIA	30	R\$ 584,50	R\$ 953,40	R\$ 624,23	R\$ 720,71	R\$ 21.621,30

7.5 O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada junto a estabelecimentos do ramo hoteleiro. Com base nos levantamentos efetuados, o valor total estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 21.621,30 (vinte e um mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta centavos), conforme apurado na pesquisa prévia de preços.

7.6 Considerando os levantamentos realizados, foi possível estabelecer um valor estimado preliminar para a contratação, que servirá como parâmetro inicial para a análise da viabilidade orçamentária e financeira, bem como para a adequada instrução do processo administrativo destinado à contratação de serviços de hospedagem para atendimento das necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

7.7 O Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequado à presente contratação em razão da imprevisibilidade quanto ao momento e à quantidade de diárias a serem demandadas, considerando a natureza variável e recorrente dos eventos institucionais, permitindo contratações sob demanda, conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados.

7.8 Ressalta-se que o valor estimado contempla todos os custos necessários à prestação dos serviços de hospedagem, incluindo despesas relacionadas à acomodação, serviços inclusos na diária, tributos e demais encargos incidentes, de modo a assegurar o adequado atendimento às necessidades institucionais.

7.9 Ressalva-se, ainda, que a pesquisa final de preços mercadológicos será realizada pelo Setor de Compras em momento oportuno, com vistas à consolidação e atualização do valor de referência que subsidiará a elaboração do edital e a condução do certame licitatório, garantindo maior aderência aos preços praticados no mercado à época da contratação.

7.10 Considerando o montante estimado da contratação, destaca-se que os valores apresentados refletem levantamento preliminar realizado junto a estabelecimentos do setor hoteleiro, bem como consultas a contratações similares realizadas pela Administração Pública, observando-se parâmetros de mercado para serviços com características equivalentes. Ressalta-se que o valor estimado não representa obrigação de contratação integral das quantidades registradas, tendo em vista que a utilização da Ata de Registro de Preços ocorrerá conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária da instituição.

8 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução consiste na contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, incluindo hospedagem, destinados ao atendimento de ministrantes, palestrantes e convidados no âmbito das atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), contribuindo para a adequada execução dos eventos institucionais.

8.2 Considerando a natureza do objeto e o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, verifica-se ser conveniente e oportuno que a contratação seja realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo a prestação dos serviços de forma parcelada, conforme a necessidade da Instituição.

8.3 A solução contempla a prestação de serviços de hospedagem sob demanda, assegurando a padronização das condições de contratação, a adequação às necessidades institucionais e a racionalização dos procedimentos administrativos.

8.4 A hospedagem deverá ocorrer em acomodação individual, com estrutura adequada, assegurando conforto, privacidade e condições apropriadas de permanência ao palestrante. Caso não haja disponibilidade do apartamento contratado, o hóspede deverá ser acomodado em unidade de classe superior, sem qualquer custo adicional para a Administração.

8.5 Os serviços deverão apresentar qualidade compatível com a finalidade institucional, observando padrões adequados de higiene, segurança, conforto e atendimento.

8.6 A contratação deverá observar, quando aplicável, critérios de sustentabilidade, incluindo boas práticas relacionadas ao consumo consciente de recursos, gestão de resíduos e adoção de medidas ambientalmente responsáveis pelo estabelecimento contratado.

8.7 O pagamento será efetuado após a efetiva prestação dos serviços, mediante comprovação da conformidade com as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, devidamente atestada pela área competente.

8.8 A empresa contratada deverá efetuar a confirmação da reserva no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Serviço, garantindo a disponibilidade da unidade habitacional durante todo o período contratado. A confirmação deverá conter identificação do estabelecimento, tipo de acomodação, período de hospedagem e código/localizador da reserva.

8.9 Os serviços deverão ser prestados no Município de Vitória/ES, em local que permita fácil acesso à sede da DPES ou ao local de realização do evento.

8.10 O recebimento dos serviços será realizado mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas, incluindo a efetiva prestação da hospedagem e a adequação das acomodações.

8.11 Serão verificados, entre outros aspectos:

8.11.1 Conformidade com as condições contratadas;

8.11.2 Disponibilidade e adequação da acomodação;

8.11.3 Condições de higiene, segurança e conservação;

8.11.4 Localização compatível com a finalidade do evento;

8.11.5 Qualidade do atendimento prestado.

8.12 Serão considerados em desconformidade os serviços que apresentem quaisquer das seguintes condições:

8.12.1 Falha na reserva ou indisponibilidade da acomodação;

8.12.2 Condições inadequadas de higiene, segurança ou conservação;

8.12.3 Divergência em relação às condições contratadas;

8.12.4 Atendimento incompatível com padrões mínimos de qualidade.

8.13 Em caso de defeito, falha ou desconformidade detectada durante a estadia, a empresa contratada deverá providenciar a substituição ou adequação da acomodação e/ou dos serviços no prazo máximo de 01 (uma) hora, contados da notificação formal da

DPES, sem qualquer ônus adicional, assegurando a continuidade adequada da hospedagem. Nos casos de realocação, a contratada será responsável por eventuais custos de deslocamento necessários à acomodação do hóspede.

8.14 A contratada será responsável por todos os custos e encargos relacionados à prestação dos serviços, incluindo tributos, taxas e quaisquer despesas necessárias à execução do objeto.

8.15 Os serviços deverão ser devidamente comprovados por meio de nota fiscal contendo as informações necessárias à identificação da contratação, incluindo período de hospedagem e demais dados pertinentes, bem como comprovante de hospedagem (check-in) assinado pelo hóspede.

8.16 A empresa contratada deverá garantir suporte emergencial completo durante o período de hospedagem, com atendimento disponível 24 (vinte e quatro) horas, incluindo comunicação imediata de intercorrências e solução de problemas relacionados à acomodação.

8.17 A execução das reservas e a identificação dos hóspedes deverão observar as seguintes condições:

8.17.1 A hospedagem será vinculada à identificação formal do hóspede indicado pela Administração, não sendo admitida substituição sem prévia autorização;

8.17.2 Todas as solicitações deverão ser formalizadas por meio de Autorização de Fornecimento/Serviço, não sendo admitidas reservas informais para fins de faturamento;

8.17.3 A confirmação da reserva deverá conter identificação do estabelecimento, tipo de acomodação, período de hospedagem e código/localizador da reserva.

8.18 A gestão de reservas observará as seguintes condições:

8.18.1 A Administração poderá solicitar o cancelamento ou alteração da reserva sem ônus, desde que comunicado à contratada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do horário previsto para o check-in;

8.18.2 A Administração poderá solicitar alterações nas datas de hospedagem, mediante comunicação prévia, devendo a contratada envidar esforços para o atendimento, sem ônus adicional, sempre que houver disponibilidade;

8.18.3 O início da diária observará o horário padrão de check-in do estabelecimento, e o término o horário de check-out, salvo ajuste prévio entre as partes;

8.18.4 Em caso de não comparecimento do hóspede (no-show), sem comunicação prévia pela Administração, poderá ser devido o pagamento de 01 (uma) diária, desde que devidamente comprovada a reserva.

8.19 As condições de faturamento, execução e responsabilidades observarão:

8.19.1 Não serão admitidas cobranças adicionais à Administração referentes a serviços não autorizados, tais como consumos extras, frigobar, lavanderia ou similares, os quais deverão ser custeados diretamente pelo hóspede;

8.19.2 A contratada não poderá alegar overbooking para justificar indisponibilidade da acomodação, devendo assegurar a hospedagem conforme reserva confirmada, sob pena de substituição imediata por unidade equivalente ou superior;

8.19.3 O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação e no instrumento convocatório.

9 DA JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

9.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, inciso V, alínea “b”, que o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública.

9.2 No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviços de hotelaria destinada ao atendimento de demanda específica, correspondente à hospedagem de palestrante em período previamente definido, caracterizando-se como serviço de natureza indivisível.

9.3 A modelagem da contratação contempla apenas 01 (um) item, não havendo diversidade de objetos ou serviços que possibilite o fracionamento sem prejuízo da execução.

9.4 O parcelamento do objeto não se mostra aplicável, uma vez que a divisão da prestação de serviços comprometeria a uniformidade da hospedagem, podendo gerar prejuízos operacionais, inconsistência na execução e dificuldades no acompanhamento contratual.

9.5 A adoção de item único decorre da natureza do objeto e da necessidade de assegurar a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços em um único estabelecimento, garantindo maior eficiência administrativa e melhor controle da execução.

9.6 Dessa forma, conclui-se que a contratação em item único atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, não sendo técnica nem economicamente vantajoso o parcelamento do objeto no presente caso.

10 DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) quanto à prestação de serviços de hotelaria, destinada à hospedagem de ministrantes, palestrantes e convidados, no âmbito dos eventos institucionais promovidos pela instituição.

10.2 A necessidade decorre da realização de eventos institucionais, tais como seminários, capacitações, encontros técnicos e demais atividades que demandam a participação de profissionais externos, cuja permanência no local de realização exige a disponibilização de hospedagem adequada.

10.3 Com a contratação, pretende-se assegurar condições apropriadas de estadia aos participantes convidados, garantindo conforto, segurança e logística compatível com a relevância institucional dos eventos.

10.4 Busca-se, ainda, viabilizar a plena participação dos ministrantes, palestrantes e convidados nas atividades programadas, evitando intercorrências que possam comprometer sua atuação ou a qualidade técnica dos eventos.

10.5 A contratação por meio de Sistema de Registro de Preços permitirá maior organização logística, possibilitando o atendimento tempestivo das demandas e contribuindo para a execução eficiente das atividades institucionais.

10.6 Como resultados esperados, pretende-se garantir a adequada realização dos eventos institucionais, a participação efetiva dos convidados, o fortalecimento das ações

institucionais, bem como a promoção de discussões qualificadas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

11 DAS PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Previamente à formalização da contratação, deverão ser adotadas todas as medidas administrativas necessárias à adequada instrução do processo licitatório destinado à contratação de serviços de hotelaria, em atendimento às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).

11.2 Para tanto, deverá ser integralmente concluída a fase interna do procedimento, contemplando a elaboração, análise técnica, validação e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e dos demais documentos que compõem o processo administrativo, assegurando-se a observância das disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como dos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

11.3 Deverá ser previamente verificada e atestada a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação, em conformidade com as normas de planejamento e execução orçamentária aplicáveis e com os instrumentos de planejamento institucional vigentes.

11.4 A empresa vencedora do certame deverá comprovar, previamente à formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, o atendimento integral às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como aos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira definidos no edital.

11.5 Após a formalização da contratação, deverá ser providenciada a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços ou instrumento congênere no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência e a publicidade dos atos administrativos.

11.6 Caberá à Administração designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, competindo-lhes acompanhar a execução dos serviços de hospedagem, verificar a conformidade com as condições estabelecidas, atestar a prestação dos serviços e adotar as providências necessárias à adequada execução do objeto.

11.7 Todas as providências mencionadas deverão ser adotadas de forma a assegurar a regularidade do processo de contratação, a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com as diretrizes de governança, planejamento e gestão de contratações previstas na legislação vigente.

12 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 Após a análise do objeto e das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), verificou-se que não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas à presente contratação.

12.2 A prestação dos serviços de hospedagem poderá ser realizada de forma autônoma, não sendo necessária a celebração de contratos adicionais ou a execução concomitante de outras contratações para sua adequada execução.

12.3 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui independência administrativa e operacional, não estando vinculada ou condicionada a outros processos ou instrumentos contratuais, podendo ser executada de maneira isolada, sem prejuízo à sua efetividade.

13 DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 A presente contratação refere-se à prestação de serviços de hotelaria, destinados à hospedagem de ministrantes, palestrantes e convidados no âmbito das atividades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES). Considerando as características do objeto, não se verificam impactos ambientais diretos relevantes decorrentes da contratação, uma vez que se trata de serviço já estruturado no mercado, não envolvendo atividade produtiva direta pela Administração.

13.2 Ainda assim, a execução dos serviços pode gerar impactos indiretos, especialmente relacionados ao consumo de água, energia elétrica e à geração de resíduos sólidos, devendo tais aspectos ser considerados sob a perspectiva da sustentabilidade.

13.3 Durante a execução contratual, a contratada deverá observar, sempre que possível, boas práticas ambientais, incluindo o uso racional de recursos naturais, a eficiência energética, a redução do consumo de água e a adequada gestão de resíduos.

13.4 Recomenda-se que o estabelecimento adote práticas sustentáveis, tais como:

13.4.1 Programas de reutilização de roupas de cama e banho, mediante opção do hóspede;

13.4.2 Utilização de equipamentos com maior eficiência energética;

13.4.3 Adoção de medidas de economia de água;

13.4.4 Destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos;

13.4.5 Redução do uso de plásticos descartáveis, sempre que possível.

13.5 A Administração poderá, sempre que aplicável, priorizar estabelecimentos que adotem práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com as diretrizes de responsabilidade socioambiental, desde que não haja restrição à competitividade.

13.6 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com a legislação ambiental vigente, cabendo à contratada a responsabilidade pelo cumprimento das normas aplicáveis à sua atividade.

13.7 Sempre que possível, deverão ser observadas práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados e da adequada execução contratual.

13.8 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação apresenta baixo impacto ambiental direto, estando alinhada às boas práticas de sustentabilidade na Administração Pública e às diretrizes de uso responsável dos recursos públicos.

14 DA VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

14.1 A partir das análises de viabilidade técnica e econômica desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, constata-se que a contratação de serviços de hotelaria revela-se pertinente, necessária e devidamente fundamentada, em conformidade com a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021.

14.2 A contratação mostra-se indispensável para atender às demandas institucionais relacionadas à realização de eventos promovidos pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, assegurando a hospedagem de ministrantes, palestrantes e convidados e contribuindo para a adequada execução das atividades institucionais.

14.3 A disponibilização de hospedagem adequada garante condições apropriadas de permanência aos participantes convidados, viabilizando sua participação integral nas atividades programadas e contribuindo para a qualidade técnica dos eventos realizados.

14.4 Por se tratar de serviços comuns, amplamente disponíveis no mercado e ofertados por diversos estabelecimentos do setor hoteleiro, a contratação apresenta baixo nível de risco operacional, elevada competitividade e previsibilidade quanto à prestação dos serviços, favorecendo a eficiência administrativa e a adequada aplicação dos recursos públicos.

14.5 A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, caracterizada pela recorrência e pela variabilidade quanto ao momento e à quantidade de diárias necessárias, permitindo contratações sob demanda, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados.

14.6 O modelo adotado possibilita maior flexibilidade administrativa, padronização das condições de contratação, redução de contratações diretas sucessivas e melhor controle da execução contratual, contribuindo para a racionalização dos procedimentos e dos recursos públicos.

14.7 A solução proposta também mitiga riscos operacionais, ao assegurar previamente condições contratuais definidas para reserva, execução, substituição de acomodação e atendimento de intercorrências, proporcionando maior segurança jurídica e eficiência na gestão contratual.

14.8 Ademais, a contratação permite maior previsibilidade orçamentária e melhor planejamento das despesas, evitando contratações emergenciais e favorecendo a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

14.9 Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, considerando que a solução adotada contribui para a adequada realização dos eventos institucionais, para a eficiência administrativa e para a observância dos princípios da economicidade, planejamento e interesse público.

Responsável pela elaboração técnica:

Bárbara Barbosa Alves
Assessora Padrão IV
Nº Funcional: 646204-01

Aprovação do setor demandante:

Rodrigo Puton
Diretor Administrativo
Nº Funcional: 644303-01

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREGÃO n.º 90023/2026

LICITANTE:XXX....

CNPJ:.....XX...

Pela presente, formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos produtos supracitados, de acordo com todas as condições do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90023/2026** e seus anexos, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS	UNIDADE	MARCA/ MODELO	QUANT. MÍN	QUANT. MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria , para o fornecimento de hospedagem em regime de diárias, incluindo café da manhã e infraestrutura de apoio, a fim de atender às necessidades de ministrantes e colaboradores em eventos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES). Localização: O estabelecimento deverá estar situado obrigatoriamente no	DIÁRIA		1	30	R\$ 833,21	R\$ 24.996,30

	<p>Município de Vitória/ES, preferencialmente em regiões com facilidade de acesso à sede da DPES ou locais de evento.</p> <p>Padrão de Qualidade: O hotel deverá possuir classificação mínima equivalente a 4 (quatro) estrelas, conforme os critérios de hospitalidade, infraestrutura e serviços.</p> <p>As acomodações deverão ser, obrigatoriamente, em Quarto Individual (Single), equipadas com:</p> <ul style="list-style-type: none">· Mobiliário: Cama de casal, mesa de trabalho/escrivaninha com cadeira ergonômica e armário para guarda de pertences.· Climatização: Sistema de ar-condicionado com controle individual de temperatura.						
--	---	--	--	--	--	--	--

	<p>· Tecnologia: Televisor com recepção de canais por assinatura e telefone com linha externa/interna.</p> <p>· Conectividade: Acesso à internet sem fio (Wi-Fi) de alta velocidade, gratuito e disponível tanto no interior dos quartos quanto nas áreas sociais.</p> <p>· Conforto: Frigorífico e pontos de energia (tomadas) de fácil acesso, próximos à área de trabalho e cabeceira.</p> <p>· Recepção: Funcionamento ininterrupto (24 horas), com pessoal qualificado para check-in e check-out.</p> <p>· Alimentação: Café da manhã incluso na</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>diária, servido em local apropriado dentro do estabelecimento, com variedade de itens.</p> <p>Acessibilidade: Plena acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo elevadores para acesso a todos os andares e quartos adaptados (conforme Norma NBR 9050).</p> <p>Segurança: O estabelecimento deve cumprir todas as normas de segurança contra incêndio e pânico, possuindo o Alvará do Corpo de Bombeiros atualizado.</p>						
	<p>TOTAL: R\$ 24.996,30 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos)</p>						

VALOR TOTAL DA ATA:

R\$ 24.996,30 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos)

Cidade, xx de xxx de xxxx.

...EMPRESA...

Nome do Representante

Instruções de preenchimento:

- a) *A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.*
- b) *Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos. A proposta de preços deverá estar datada e assinada.*

ANEXO IV – DADOS COMPLEMENTARES DO LICITANTE

IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME			
Pregão Eletrônico: ..xx../202X		Data de abertura: ..xx../xx../xxxx.....	
DADOS DA LICITANTE			
Nome da empresa:		CNPJ:	Endereço:
CEP:	Telefone:	Telefone:	E-mail:
DADOS BANCÁRIOS			
Banco:	Agência:	Conta:	Tipo de Conta:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
Nome:		CPF:	RG/órgão emissor:
Instrumento de Outorga de Poderes:		Telefone:	Telefone:
CERTIFICAÇÃO DIGITAL			
O representante legal assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil?		() Sim	() Não

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n.º 00000668/2025

Pregão n.º XXX/XXXX

ID CiudadES n.º XXXXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/202XX

Pelo presente instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.671.513/0001-24, com sede na Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29.010-520, representada legalmente pelo seu Segundo Subdefensor Público-Geral Dr. Leonardo Grobberio Pinheiro, brasileiro, delegação de competência concedida pela Portaria DPES n.º 948, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 02 de setembro de 2024, com endereço profissional na Praça Manoel Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-520, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, realizado pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, registrado no Processo de n.º 00000668/2025, publicada no **....DIÁRIO OU PNCP..... em de de 20...**, e a respectiva homologação exarada no documento do processo acima informado, RESOLVE registrar os preços da empresa, pessoa jurídica de natureza privada, inscrita no CNPJ sob n.º, com endereço, neste ato representado por, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, **Edital do pregão n.º XXXX** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto n.º 11.462/2023 e Decreto Estadual n.º 5354-R/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **contratação de empresa fornecedora de serviços de hotelaria, com fornecimento de hospedagem, incluindo acomodação e demais serviços correlatos.**

2. DO PREÇO

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada coincidem com os preços definidos no Anexo I desta Ata e, nela, estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador desta Ata é a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. Não serão admitidas adesões a referida Ata de Registro de Preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos

orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de **autorização de fornecimento**, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a

ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n.º 14.133/2021:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso, desde que:

7.2.1. O requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2. A modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública; e

7.2.3. Seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.2.4. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável;

7.2.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7;

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.7. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará poderá:

7.2.7.1. Efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; ou

7.2.7.2. Cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não formalizar o contrato ou a retirada da autorização de fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023, bem como Decreto Estadual 5354-R/2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

10.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo n.º 0000668/2025 o Termo de Referência, o Edital de Licitação e a Proposta Comercial do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência parte integrante desta Ata.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, data e hora da última assinatura eletrônica.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEONARDO GROBBERIO PINHEIRO

Segundo Subdefensor Público-Geral

Assinado eletronicamente

NOME DA CONTRATADA

NOME DO REPRESENTANTE COM PODERES PARA FIRMAR
COPROMISSO

Assinado eletronicamente

ANEXO I REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR ADJUDICADO

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

GRUPO 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE E MINIMA	QUANTIDADE E MAXIMA
01	Contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, para o fornecimento	DIÁRIA	01	30

<p>de hospedagem em regime de diárias, incluindo café da manhã e infraestrutura de apoio, a fim de atender às necessidades de ministrantes e colaboradores em eventos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).</p> <p>Localização: O estabelecimento deverá estar situado obrigatoriamente no Município de Vitória/ES, preferencialmente em regiões com facilidade de acesso à sede da DPES ou locais de evento.</p> <p>Padrão de Qualidade: O hotel deverá possuir classificação mínima equivalente a 4 (quatro) estrelas, conforme os critérios de hospitalidade, infraestrutura e serviços.</p> <p>As acomodações deverão ser, obrigatoriamente, em Quarto Individual (Single), equipadas com:</p> <ul style="list-style-type: none">· Mobiliário: Cama de casal, mesa de trabalho/escrivaninha com cadeira ergonômica e armário para guarda de pertences.· Climatização: Sistema de ar-condicionado com controle individual de temperatura.			
---	--	--	--

	<p>· Tecnologia: Televisor com recepção de canais por assinatura e telefone com linha externa/interna.</p> <p>· Conectividade: Acesso à internet sem fio (Wi-Fi) de alta velocidade, gratuito e disponível tanto no interior dos quartos quanto nas áreas sociais.</p> <p>· Conforto: Frigobar e pontos de energia (tomadas) de fácil acesso, próximos à área de trabalho e cabeceira.</p> <p>· Recepção: Funcionamento ininterrupto (24 horas), com pessoal qualificado para check-in e check-out.</p> <p>· Alimentação: Café da manhã incluso na diária, servido em local apropriado dentro do estabelecimento, com variedade de itens.</p> <p>· Acessibilidade: Plena acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo elevadores para acesso a todos os andares e quartos adaptados (conforme Norma NBR 9050).</p> <p>· Segurança: O</p>			
--	--	--	--	--

	estabelecimento deve cumprir todas as normas de segurança contra incêndio e pânico, possuindo o Alvará do Corpo de Bombeiros atualizado.			
--	--	--	--	--

ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA

Não há licitantes no cadastro de reserva, conforme consta nos autos do processo 00000668/2025, documento XXXXX

Ordem de classificação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

1º -

FORNECEDOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

LOTE 01

ITE M	ESPECIFICAÇÃ O	MARC A	MODEL O	QN T MÍN	QNT MÁ X	VALO R UNIT.	VALO R TOTA L

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITE M	ESPECIFICAÇÃ O	MARC A	MODEL O	QN T MÍN	QNT MÁ X	VALO R UNIT.	VALO R TOTA L

ANEXO III – ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Ordem de classificação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

1º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	MARC A	MODEL O	QN T MÍN	QNT MÁ X	VALO R UNIT.	VALO R TOTA L

2º -

FORNECEDOR: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

ENDEREÇO: [REDACTED]

TELEFONE: [REDACTED]

REPRESENTANTE: [REDACTED]

LOTE 01

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	MARC A	MODEL O	QN T MÍN	QNT MÁ X	VALO R UNIT.	VALO R TOTA L

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO Nº XXX/2026

PROCESSO Nº 00000668/2026
À EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:
EMAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:

Autorizamos V. S.^a a fornecer/executar o serviço/material adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Processo Administrativo nº 00000668/2026.

1. DO OBJETO E DO VALOR

O objeto da presente autorização é a contratação de empresa fornecedora de serviços de hotelaria, com fornecimento de hospedagem, incluindo acomodação e demais serviços correlatos.

GRUPO 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE E MINIMA	QUANTIDADE E MAXIMA
01	Contratação de empresa prestadora de serviços de hotelaria, para o fornecimento de hospedagem em regime de diárias, incluindo café da manhã e infraestrutura de apoio, a fim de atender às necessidades de ministrantes e colaboradores em eventos oficiais da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES).	DIÁRIA	01	30

	<p>Localização: O estabelecimento deverá estar situado obrigatoriamente no Município de Vitória/ES, preferencialmente em regiões com facilidade de acesso à sede da DPES ou locais de evento.</p> <p>Padrão de Qualidade: O hotel deverá possuir classificação mínima equivalente a 4 (quatro) estrelas, conforme os critérios de hospitalidade, infraestrutura e serviços.</p> <p>As acomodações deverão ser, obrigatoriamente, em Quarto Individual (Single), equipadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Mobiliário: Cama de casal, mesa de trabalho/escrivania com cadeira ergonômica e armário para guarda de pertences. · Climatização: Sistema de ar-condicionado com controle individual de temperatura. · Tecnologia: Televisor com recepção de canais por assinatura e telefone com linha externa/interna. · Conectividade: Acesso à 			
--	---	--	--	--

	<p>internet sem fio (Wi-Fi) de alta velocidade, gratuito e disponível tanto no interior dos quartos quanto nas áreas sociais.</p> <p>· Conforto: Frigobar e pontos de energia (tomadas) de fácil acesso, próximos à área de trabalho e cabeceira.</p> <p>· Recepção: Funcionamento ininterrupto (24 horas), com pessoal qualificado para check-in e check-out.</p> <p>· Alimentação: Café da manhã incluso na diária, servido em local apropriado dentro do estabelecimento, com variedade de itens.</p> <p>· Acessibilidade: Plena acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo elevadores para acesso a todos os andares e quartos adaptados (conforme Norma NBR 9050).</p> <p>· Segurança: O estabelecimento deve cumprir todas as normas de segurança contra incêndio e pânico, possuindo o Alvará do Corpo de Bombeiros atualizado.</p>			
--	--	--	--	--

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

2.1. As despesas decorrentes da presente Ordem de Fornecimento correrão à conta da Atividade: **XX.XX.XXX.XX.XXX.XXXX.XXXX**, Elemento de Despesa: **X.X.XX.XX**, Fonte: **XXXX**, do orçamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

2.2. Foi emitido empenho nº **XXXXXXXXXX** na data de **XX/XX/XXX**, no valor total de R\$ **XXX (XXXX)**, para cobrir a despesa desta Autorização.

3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará a Contratada pelos serviços prestados até o vigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal/comissão de recebimento e em sua ausência por seu suplente, vedada a antecipação.

4. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

4.1. Compete à Contratada cumprir as demais exigências constantes do processo **00000668/2026** em especial o termo de referência.

Vitória, _____ de _____ de 2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO